



Cidade da Praia, 3 e 4 de Fevereiro 2017

**Responsabilidade  
com o presente e compromisso  
com o futuro**





# MipD

Moção Estratégica de Orientação Política Geral

**- XI CONVENÇÃO -**

É preciso coragem para ser diferente e muita competência para fazer a diferença (enviado através do Facebook pelo nosso militante J. Gabriel Gomes)



# INDICE

<b>Nota preambular</b> .....	<b>5</b>
<b>Enquadramento</b> .....	<b>10</b>
<b>Mudança de modelos</b> .....	<b>14</b>
Novo modelo de exercício do poder.....	15
Novo modelo económico.....	17
Novo modelo de ação social.....	18
<b>Reafirmação de causas e princípios</b> .....	<b>20</b>
Ética e responsabilidade na vida política e pública.....	26
<b>Os grandes desígnios nacionais</b> .....	<b>28</b>
Consolidar a democracia .....	30
Promover a confiança.....	30



Garantir a segurança.....	31
Inserir ou integrar Cabo Verde em regiões económicas dinâmicas e na região da CEDEAO .....	32
Fazer de Cabo Verde uma economia do conhecimento, tecnológica e inovadora.....	32
Desenvolver o turismo sustentável e com efeitos de alavancagem sobre a economia nacional .....	34
Melhorar o ambiente de negócios.....	34
Minimizar as vulnerabilidades aos choques externos .....	35
Promover o desenvolvimento local e regional.....	37
<b>Consensualizar o modelo de desenvolvimento .....</b>	<b>40</b>
<b>Os desafios do MpD enquanto organização .....</b>	<b>44</b>





# NOTA PREAMBULAR

A estratégia e o planeamento atempados são, nos tempos que correm, a chave do sucesso.

Nessa esteira, procuramos mostrar no presente documento os nossos propósitos e orientações: assumir um MPD portador de uma visão impulsora projetada para o futuro e visando modernizar e desenvolver o País; liderar um MPD plural, contando com o contributo da experiência de companheiros do partido que desempenharam e desempenham várias funções políticas, em simbiose com a irreverência e ambição de jovens e com a determinação das mulheres.

**Um MPD que interpreta a ação política e o exercício do poder com espírito e atitude de serviço público**, com dimensão democrática e vanguardista que se guia pela ética republicana.

**Um MPD organizado, descentralizado** e com meios capazes de potenciar uma intervenção política atual, moderna e na linha antecipatória dos tempos vindouros.

**Um MPD com ação política intensa** junto dos nossos militantes e simpatizantes, potenciador de uma política em rede com todas as localidades, ilhas e diáspora.

**Um MPD inovador, participado e coeso**, com trabalho político ativo e comprometido com Cabo Verde e que se norteia sempre por causas e valores.

**Um MPD com as pessoas, com todos os cidadãos** deste nosso amado país, e seus múltiplos e justos sonhos.

**Um MPD capaz de delinear e assumir um novo projeto político para o País**, numa dimensão estratégica de longo prazo e de estável governação com o envolvimento de todos na condução vitoriosa dos programas eleitorais democraticamente sufragados, dos novos desafios da modernização e da prosperidade para a nação insular.

**Este é o quadro de orientação política que pretendemos para dinamizar o rumo do MPD nos próximos anos**, imprimindo a viragem de Cabo Verde na realização de um desígnio, numa conciliação prospetiva do imprevisível e incerto com o pretendido e desejado.

**São orientações para a celebração de um Novo Contrato Social com os cabo-verdianos**, que se fundamenta na necessidade de valorizar o maior ativo no qual o país pode sustentar o seu desenvolvimento e se afirmar no concerto das nações de uma forma distintiva: a sua democracia! Somos uma boa referência em África. Queremos muito mais. Queremos ser uma referência mundial no que se refere à democracia, à liberdade, à proteção dos direitos individuais e ao exercício do poder colocado ao serviço da felicidade dos cidadãos.

**Tal construção exige a assunção de um forte compromisso com a liberdade e com a construção de um Estado moderno** que, no nosso país, parte de um Estado ainda muito influenciado e tributário do longo período de partido único onde o Partido tinha prevalência sobre o Estado. Cabo Verde é hoje um país muito diferente, mas a nível de atitudes políticas, de administração e de exercício do poder, há que fazer prevalecer, de uma forma muito clara, uma nova cultura institucional promotora e respeitadora do pluralismo, do primado da lei e da imparcialidade do Estado face às preferências e simpatias políticas dos cidadãos, da autonomia das organizações da sociedade civil e da autonomia e autossuficiência das famílias. Os limites ao Estado são os mesmos que se devem exigir aos partidos políticos relativamente à esfera das relações com os cidadãos no que se refere ao respeito pela sua liberdade de escolha e de opção política e à esfera das relações com as organizações da sociedade civil

no que se refere ao cumprimento das suas missões, sem desvirtuamento político-partidário.

**O compromisso é acima de tudo político e exige vontade política, coerência e consistência nas atitudes e nas ações.** O MpD deve assumir o compromisso, porque tal resulta dos seus valores e princípios fundadores e porque Cabo Verde precisa. Deve assumir o compromisso, liderando o processo político transformador e não ficando refém ou condicionado pelas atitudes ou opções do seu maior opositor, o PAICV.

**Vamos ganhar, pela certa, os desafios** da produção, da produtividade, do crescimento, da inclusão, da segurança, da convergência nacional e da estabilidade, para a felicidade de todos. Estes desafios exigem como impulsionador e suporte um ambiente político e institucional favorável. O MPD está convocado para assumir esta linha de cariz servidora, que prima pela liberdade de participação, pelo pluralismo e diversidade, e pela criação de energias edificantes que valorizem cada cidadão, pelos seus próprios méritos e pela sua obra em concreto.

**Porque defendemos valores humanistas e republicanos, tudo faremos para responder aos desafios** que já se colocam e que irão colocar-se em crescendo ao partido e ao país, num futuro de médio e longo prazo. E a postura de modernização impõe enormes e criativos esforços de realização da vida nacional, com as pessoas agarradas à força da esperança e da confiança em atingir, etapa a etapa, as melhores condições de bem-estar e felicidade.

**O nosso compromisso e as nossas consequentes decisões terão sempre um cunho responsável** e se revelarão pelo teor das nossas respostas efetivas, em absoluta simbiose com as aspirações das nossas populações. Para isso, o MPD assume pensar mais no país, sem abdicar da atitude crítica nem do espaço de entendimento alargado com as forças partidárias e com a sociedade civil, para que se concretize um modelo estratégico de governação para o desempenho desejável de Cabo Verde no longo prazo.

**Num tempo muito complexo que vivemos e em que os partidos políticos não estão a funcionar sozinhos, os valores estratégicos de comunhão de iniciativas e a cada vez maior abertura à sociedade tornam-se imprescindíveis.** Nesse sentido, lançamos o repto de que os cabo-verdianos precisam de discutir e assumir o país positivo e realizador que querem que seja no decorrer do futuro. Os cabo-verdianos têm de defender o percurso feito com valor associado, atacar os fracassos e debater o futuro, para que possamos encontrar respostas marcadamente coletivas, fundadas sobre uma maior responsabilidade e responsabilização, e uma maior participação e vinculação.

**É hora de iniciar um novo e longo ciclo político,** dentro duma clara e consistente visão estratégica, para podermos ultrapassar os limites e os problemas tradicionais de governabilidade de Cabo Verde. Colocar a participação ativa dos cidadãos no âmago das nossas decisões é um desígnio irreversível que deve incorporar a nossa filosofia de governação e o nosso *modus faciendi*, na lógica de afirmação e efetivação de todos os sujeitos e seus propósitos de ancoragem ao desígnio nacional. E, daí, mostrar ao mundo, a nossa definitiva tenacidade de lutar e vencer.

**Para estar à altura das expectativas dos cidadãos face à sua legítima aspiração e ambição de um futuro melhor,** vamos erguer um projeto político que promova um conjunto de propostas exequíveis no espaço e no tempo relativamente aceitáveis, que postule uma relação de efetiva proximidade entre os militantes e os cidadãos, e permita ao MPD liderar, de forma consequente e inequívoca, sua agenda política e estratégica, em ordem a provocar uma decisiva viragem nos níveis de desempenho do país, garantindo uma nova velocidade de cruzeiro em direção à prosperidade e à emergência de um ciclo renovado da modernidade.

É assim que a presente Moção Estratégica de Orientação Política Geral do Movimento para a Democracia (MPD) pretende orientar a atuação de Cabo Verde.

**O nosso firme comprometimento é o de induzir uma liderança forte, tolerante e determinada em todos os níveis de atuação,** com uma visão lúcida e positiva da



vida política local, nacional e global. Temos certeza de que Cabo Verde pode mais, assumindo um rumo novo e nobre, com nova atitude e novas abordagens para atacar construtivamente os horizontes de realização, crescimento e modernidade.

**É hora da virada, do despertar das consciências e do desafiar os limites, com trabalho e mérito.** Sem nenhuma pretensão de monopólio do poder político ou qualquer outro, o Movimento para a Democracia quer inspirar e fazer confiar, através da credibilidade.

**Sim, queremos reforçar a confiança à comunidade cabo-verdiana global.** Para que o Projeto da Nação seja sempre cativante e incentivador para todos, os partidos têm sempre de mostrar de modo claro e coerente o caminho, desta feita com uma visão e com propostas servidoras da Nação, para resultados com dignidade, nobreza e orgulho. É o que se pretende com esta Moção de Estratégia.

# ENQUADRAMENTO

No seguimento do desfecho das eleições legislativas em Março último, as Autárquicas em Setembro passado e as Presidenciais em Outubro ainda no precedente ano, o MPD, impulsionado pela vontade democrática popular, assume a governação do País para os anos da legislatura em curso, e encara o presente com forte sentido de influenciar a história do futuro positivo do país.

Na linha da sua evolução, sistémica e funcional, o MPD realiza a determinante XI Convenção Nacional sob a inspiração desta Moção Estratégica de Orientação Política Geral (MPEOPG) para apreciar e assumir - pela vontade dos seus militantes, em sede dos seus órgãos dirigentes - um leque de grandes desafios para Cabo Verde.

**Estamos diante da assunção de um novo tempo político, que fixa um conjunto de desígnios para a Nação**, com o MpD em lugar de incontornável comprometimento com o que se pretende que seja Cabo Verde, e a vida das vindouras gerações de cabo-verdianos. Este é, pois, o momento, oportunidade e imperativo de ter e seguir caminhos para cumprir desígnios estratégicos, pretendidos e desejados num processo de crescente afirmação de conquistas do povo das ilhas.

Para corresponder a esse espírito desafiador, a Moção de Estratégia se define, como exigência-prime, pelas suas linhas de modernização do MPD com vista a dar respostas às interpelações e ingentes demandas que se colocam aos partidos políticos no contexto de liderança dos processos político-democráticos, particularmente num mundo atual de complexidades que sugerem ser transformados, a um só tempo, em desafios internos e externos, de si intrinsecamente implicados e imbricados. É nesta

posição de olhar e avaliar a envolvente que o MpD se afirma, hoje, com os propósitos de mudança positiva e afirmativa, enquanto um partido de ideias competitivas e inovadoras, ainda mais aberto à sociedade, ao exercício da pluralidade e diversidade democrática, de igual modo ao serviço do melhor desempenho global e estratégico do país.

Note-se que o horizonte temporal formal da validade da presente Moção Estratégica é para os próximos 3 anos, porém, a implicação para a vida do país da mesma Moção é de longo prazo. Pois, só nesta perspetiva e horizonte se podem construir soluções estruturantes e sustentáveis de um futuro diferente.

A Moção não é um programa eleitoral, nem um programa de governo, por isso não tem a preocupação de elencar políticas, programas e medidas.

A Moção não é um documento de conjuntura, por isso os desafios, os posicionamentos e as respostas não estão vinculados apenas ao momento específico em que vive o país. As questões com que o país se defronta na atual conjuntura (desemprego, endividamento, pobreza, insegurança) só têm respostas transformadoras e duradouras através de reformas estruturais com impacto no tempo, ao nível das instituições públicas, da economia e de novas atitudes que, por um lado, visam tornar o país menos vulnerável a choques externos e, por outro, visam gerar desenvolvimento oferecendo aos cabo-verdianos um padrão de qualidade de vida superior.

**A Moção pretende ser um guia, uma bússola de orientação política para o sistema MpD**, fornecendo abordagens e soluções a partir de diagnósticos e das principais tendências mundiais e seus impactos sobre o país num sentido dinâmico e adaptativo. Ou seja, face aos grandes desafios da economia mundial globalizada, como é que se deve posicionar o país e que respostas deverá desenvolver para fazer face às ameaças e aproveitar as oportunidades de forma a construir um futuro duradouro de bem-estar para os cabo-verdianos.

Este é o momento de Cabo Verde dispor, diante de um percurso de futuro, do seu Conceito Estratégico Nacional para contribuir para realizar objetivos políticos e estratégicos nacional com impacto na vida coletiva da nação a longo prazo como resultado da opção consensualizada com toda a sociedade cabo-verdiana e suas forças e segmentos.

Nesta perspetiva, o MPD deve assumir-se como um dos Centros de Inteligência para contribuir com subsídios importantes para alimentar políticas e programas na sequência do desenvolvimento e institucionalização da iniciativa Cabo Verde Up implementada durante o período pré-eleitoral das legislativas.

Nesse sentido, o partido deve assumir a atitude de que, perante desafios complexos de natureza política, social e económica como o crescimento económico, o emprego, a pobreza, a segurança e, de uma forma mais abrangente, o desenvolvimento, as respostas não podem ser construídas de forma simplista, reducionista, reativa ou meramente emotiva, mas sim numa perspetiva de um pequeno país integrado no mundo e com o qual deve interagir nos domínios político, económico, financeiro, ambiental e adaptar-se às mudanças para poder crescer, criar emprego, reduzir a pobreza, melhorar a segurança e desenvolver-se; numa perspetiva de que não há um único fator que explica uma situação ou um resultado, mas que é necessária a concorrência articulada, coerente e consistente de varias políticas, diversos instrumentos e saber lidar com variáveis internas e externas ao governo, à administração e ao país para atingir os objetivos do crescimento, do emprego, da pobreza, da segurança e do desenvolvimento e, numa perspetiva planeada de boa gestão do tempo, sendo certo que não se conseguem atingir as metas sem reformas estruturantes, e estas, por inerência, não se compadecem com a governação capturada pela ansiedade eleitoral permanente.

**O compromisso com as gerações atuais e vindouras obrigam-nos a uma atitude de exercício do poder e de ação política comprometida com o longo prazo,** independentemente dos ciclos políticos e eleitorais. Manter-se no poder não pode



ser erigido como um objetivo ou um desígnio do partido, mas sim governar bem com práticas e resultados que inspirem confiança aos cabo-verdianos e adotar a governança aberta do partido que inspira confiança nos eleitores. Acontecendo isso, como vai acontecer, teremos todas as condições de voltar a vencer.

O percurso do país, a situação do mundo atual e seus desafios obrigam-nos a assumir um pensamento político partidário consequente, de modo a romper cercos e provocar, em decorrência, a transição para novos estádios de realização coletiva humana. Isto obriga a lidar e superar as evidentes tendências do imobilismo e antecipar as incertezas que decorrem do esgotamento dos modelos de desenvolvimento vigentes até à data.

**O MpD sempre foi um partido reformista.** Os grandes marcos da década de 90 não foram meras continuidades; foram ruturas com base em novos paradigmas político, social e económico. O momento hoje, no século XXI, exige também ruturas e novos paradigmas.

Cumprido o tempo das consultas eleitorais gerais de 2016, é momento da vida no país acolher um significativo projeto de pensamento político para outros, profundos e sustentáveis ganhos de desenvolvimento do nosso país.

Quer na dimensão do país, quer na dimensão do partido, quanto aos desafios e respostas, a presente Moção faz ponte com a Moção da X Convenção Nacional pela pertinência e atualidade das abordagens.

# MUDANÇA DE MODELOS

**Nenhuma estagnação, nenhuma crise se resolve recorrendo aos princípios, às práticas e às políticas repetidas e projetadas para ciclos indeterminados.**

Estamos hoje num momento em que Cabo Verde deve dar saltos significativos a nível da qualidade da sua democracia e das instituições, da confiabilidade externa, da competitividade, da integração em espaços e organizações dinâmicas e da qualidade do sistema de educação.

A democracia, a confiança, as instituições e a educação são determinantes para construir os suportes em que se baseiam a valorização externa do país perante os investidores e os parceiros da cooperação e a transformação para um país mais competitivo. A valorização externa do país passa pela nossa capacidade de ter um papel ativo e influente na África Ocidental, a nível da promoção da democracia, da paz, da tolerância e da abertura na relação com o mundo.

**O MpD reconhece que, pelo historial do país e o seu estágio atual, a dimensão política associada ao exercício do poder é determinante. Ela influencia todo o resto.** Influencia o ambiente institucional, económico e social. E reconhece que o exercício do poder está intimamente ligado ao Estado. O Estado interfere com as nossas vidas e a vida das empresas através de impostos, da dívida pública, da burocracia, dos custos, qualidade e regularidade do fornecimento da água, da energia, das telecomunicações e dos transportes marítimos e aéreos; interfere

com as nossas vidas através dos serviços da educação, da saúde, da previdência social, da justiça e da segurança. O Estado quando ineficiente, quando gasta muito e produz pouco, quando carrega nos impostos e na dívida para se alimentar, cria sérios problemas às empresas e às famílias.

## **Novo modelo de exercício do poder**

É tendo em consideração este contexto que o MpD se engaja com um novo modelo de exercício do poder. Um novo modelo pressupõe que não se trata de mera gestão de continuidade, de alteração de medidas de forma avulsa, nem de mera reação à forma como o PAICV exerceu o poder e governou durante 15 anos, mas trata-se de mudar de paradigma, através de novas atitudes e de reformas consequentes, porque o país precisa.

Novas atitudes significam, antes de tudo, acreditar no país, na sua possibilidade de desenvolvimento, ter uma predisposição para mudar o estado atual com ambição e ter um forte compromisso com a construção do futuro coletivo que implique as gerações atuais e beneficie as gerações futuras.

O comodismo, a resignação, o pragmatismo desgarrado de ambição de futuro, o ficar refém do ciclo vicioso da pobreza, o ficar capturado por interesses pessoais ou de grupos e o culto de personalidade representam valores e comportamentos contrários, conflitantes e incompatíveis com a atitude necessária para o desenvolvimento. E a forma de exercício do poder, pelas responsabilidades e impactos que induz sobre a sociedade, não é neutra, antes pelo contrário, afeta-a pela positiva ou pela negativa.

**Novo modelo significa mudança de paradigma e exige reformas.** Reforma requer estratégia, intencionalidade, consistência e boa gestão do tempo, para mudar de forma estrutural o ambiente institucional, económico e social necessário para

atingir os objetivos do desenvolvimento. Não se trata de alterar medidas de forma avulsa, mas de optar por soluções alternativas, definir objetivos, escolher caminhos e percorrê-los com convicção, perseverança e energia para o alcance dos resultados pretendidos.

A conjugação das duas abordagens é necessária. Sem atitude desenvolvimentista, o processo de reformas terá elevada probabilidade de insucesso. Não há por isso alternativa. O MpD, enquanto partido reformista, assume uma grande responsabilidade de promover de forma consequente as condições para um ambiente político e institucional fortemente comprometido com a democracia e a liberdade e favorável às reformas estruturais.

**O MpD preconiza um novo modelo de exercício do poder.** Modelo de exercício do poder assente na neutralidade e na imparcialidade do Estado face às preferências e simpatias político-partidárias dos cidadãos; na missão de serviço público; no primado da lei e nos mecanismos de checks and balances; na promoção da autonomia das organizações da sociedade civil e da autonomia e autossuficiência das famílias; e em mais descentralização.

O modelo que o MpD defende é aquele de que o país precisa para tornar o Estado eficiente e focalizado no serviço público, para criar um ambiente favorável ao mérito, à produtividade, à inovação, à responsabilidade individual e à crença no desenvolvimento do país.

**É um modelo necessário para que a democracia do país se consolide num quadro de liberdade;** para que a economia cresça e crie empregos; e para que os objetivos do desenvolvimento sustentável sejam atingidos para benefício das famílias e dos jovens em todas as ilhas.

É um modelo que promove a qualidade das instituições e a eficiência da administração pública, em vez da politização e da partidarização da administração pública e das instituições; promove a autonomia e a autossuficiência dos cidadãos, em vez do assistencialismo, da dependência e do condicionamento dos cidadãos face ao



poder do Estado e do governo; promove a descentralização e a regionalização, em vez da centralização do poder e da competição pelo poder entre o governo e as câmaras municipais.

## **Novo modelo económico**

**O MpD preconiza um novo modelo económico.** Um novo modelo de crescimento económico baseado no investimento privado, na atividade empresarial, na eficiência do Estado e na coesão social e territorial. Um modelo de crescimento económico inclusivo do ponto de vista social e territorial. Modelo necessário para fazer o país sair da espiral de endividamento excessivo, crescer a taxas compatíveis com a necessidade de criar emprego e atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável.

**Contrasta com o modelo do governo do PAICV** baseado na primazia do Estado sobre os cidadãos e as empresas, na ajuda pública ao desenvolvimento, na dívida e nas infraestruturas tidas como um fim em si próprio. Este modelo colocou o país com elevado nível de endividamento, deteriorou os riscos do país, provocou estagnação económica, a degradação de empresas públicas e a falência e insolvência de muitas empresas privadas.

Trata-se de um modelo que funcionou num determinado momento, enquanto havia abundância de ajuda e espaço para endividamento, mas que encontra os seus limites e se esgota quando a dívida se torna excessiva, os riscos aumentam e a ajuda externa reduz, e quando o setor privado definha. É isto que explica o estado em que o país foi deixado pelo governo do PAICV. É esse modelo que precisa de ser mudado.

## **Novo modelo de ação social**

O MpD defende um novo modelo de ação social, partindo da constatação da existência de uma forte politização e partidarização dos programas orientados para a luta contra a pobreza, de perversão da missão de muitas associações e ONG's atingidas por interesses partidários, da balcanização de projetos de cariz social assentes na ótica da assistência e da reduzida eficácia de programas que conduzem à autonomia, autossuficiência e progressão social e económica das pessoas.

**Afirmámos várias vezes que não queremos ser gestores da pobreza**, nem de programas que mantêm as pessoas na pobreza e criam relações de dependência e de condicionamentos face aos poderes políticos de governação central ou municipal.

**Ambicionamos fazer as pessoas saírem da pobreza** para serem livres, autónomas, viverem com dignidade e poderem ascender social e economicamente na vida.

**Nesse sentido, o MpD defende um novo modelo assente:**

- **Na despolitização e despartidarização dos programas de ação social**, de forma a dar-lhes maior eficácia, particularmente aqueles que se dirigem a reduzir a pobreza.
- **Na relação com as pessoas na base do respeito pela sua dignidade**, na solidariedade e equidade e na responsabilidade individual e coletiva, sempre numa ótica de direitos e deveres.
- **Na criação de instrumentos e regulamentos que definam regras claras, objetivas, aplicáveis a todos**, de modo geral, igual e abstrato, com imparcialidade e devidamente publicitadas, as condições de acesso aos benefícios e programas sociais baseadas em indicadores de vulnerabilidade social das famílias face à habitação, à educação, ao emprego, à proteção na saúde e alimentar e ao agregado familiar.

- **Na ação política e governativa orientada para estimular a autonomia e a autossuficiência das famílias** através do emprego, da produção e do rendimento, em vez da dependência e do condicionamento dos cidadãos face ao poder político ou partidário.
- **Na promoção e desenvolvimento da Economia Social e Solidária** como parte integrante da estratégia de crescimento económico inclusivo.
- **Em políticas que visam quebrar o ciclo genético da pobreza** pelo acesso e frequência de todas as crianças e todos os jovens ao ensino, independentemente das condições económicas e sociais das famílias.
- **Em políticas de inclusão pela discriminação positiva de situações que exigem políticas ativas de igualdade de oportunidades e de proteção**, como é o caso das crianças de famílias carenciadas, mulheres, idosos e pessoas com deficiência.

Ganhar o combate à pobreza e criar uma prosperidade duradoura exige das autoridades públicas, com o engajamento do sector privado e das organizações da sociedade civil, políticas inclusivas que ataquem, de forma simultânea, todas as dimensões do fenómeno, numa perspetiva de uma verdadeira ascensão dos mais desfavorecidos na escala social, libertando-os das amarras da dependência do Estado e dos favores que condicionam a sua livre capacidade de escolha, nomeadamente, política. Esta é a postura que o MpD defende nas relações do Estado com as pessoas e com as organizações.

# REAFIRMAÇÃO DE CAUSAS E DE PRINCÍPIOS

Cabo Verde tem um capital político e um know-how democrático conquistados, determinantes da sua moderna história. O MpD teve um papel preponderante na entrada do país na era da democracia, da liberdade e da modernidade, com a realização das primeiras eleições multipartidárias em 13 de Janeiro de 1991, com a aprovação da Constituição de 1992 e com as reformas estruturais concebidas e implementadas a nível do sistema político, institucional e económico.

O MpD está novamente em condições de liderar uma nova vaga, visando a consolidação da democracia e do “estado de liberdade”.

Cabo Verde tem sido mencionado como uma referência de democracia em África. Estamos, no entanto, cientes de que não nos podemos acomodar nessa classificação. Queremos ser uma referência ainda melhor.

**A nossa ambição é tornar Cabo Verde num país de democracia consolidada,** moderna, profundamente respeitadora do pluralismo, da cidadania e promotora dos direitos humanos através de reformas políticas, institucionais e económicas que melhorem a qualificação das instituições públicas, aperfeiçoem o sistema político, reforcem a descentralização, promovam a cidadania, libertem as pessoas,



dando-lhes dignidade e tornando-as menos vulneráveis pela via da autonomia e da autossuficiência.

Cabo Verde precisa de uma nova ordem de compromissos republicanos e democráticos. Porque o melhor futuro coletivo assim exige.

**O país precisa de um Estado moderno, com instituições fortes**, credíveis e perenes; de uma Administração Pública desenvolvimentista; e de uma sociedade civil autónoma, participativa e forte.

**O país precisa de um bom ambiente político e institucional** como condição para um bom ambiente económico e social que liberta energias e promove a livre iniciativa, a inovação, o mérito, a tomada de riscos, a participação, o reforço do capital social e a responsabilidade individual.

**O país precisa de cultivar valores e princípios positivos e favoráveis ao desenvolvimento**, como a integridade, a responsabilidade, o respeito pelas leis, o respeito pela liberdade e pelos direitos dos outros, o civismo, o amor pelo trabalho, o esforço de poupança e o desejo de superação.

**O país precisa de uma elite aguerrida e que acredita em si mesma e no país.** Uma elite com atitude que procura nivelar por cima, no topo do melhor e mais estruturado que se faz pelo mundo fora. As elites têm a responsabilidade de criar uma cadeia virtuosa de transmissão do saber, do conhecimento e de valores para estimular a sociedade em razão da sua posição em cargos de responsabilidade de governação, de direção, de docência, de investigação, de produção intelectual, de inconformismo e sentido crítico, de inovação, de visibilidade e notoriedade.

**A qualidade da democracia e das instituições é um dos fatores intangíveis diferenciadores com que o país poderá construir as suas vantagens** competitivas e reforçar a sua utilidade no concerto das nações.

A consolidação da democracia e a qualificação das instituições necessitam para se implantarem de forma estrutural, de estarem suportados por uma forte convicção política e por uma ética partilhada com a sociedade civil e empoderada por ela.

**O MpD tem de estar à altura de defender um republicanismo moderno**, em que o interesse público deve ser critério essencial, com implicação sobre o exercício do poder, da governação e da praxis político-partidária.

**É nesse sentido que reafirmamos as causas e os princípios que deverão nortear a ação política do partido.** Num país onde os efeitos do regime de Partido-Estado ainda se fazem sentir com certa acuidade, é crucial provocar efeitos de rutura em relação a atitudes e a práticas políticas instaladas. Assim, o MpD se compromete:

**Em fazer de Cabo Verde uma referência mundial no que se diz respeito à democracia, à liberdade, à proteção dos direitos individuais e ao exercício do poder colocado ao serviço da felicidade dos cidadãos.**

Para tal, um conjunto de medidas que se sintetizam a seguir devem ser tomadas:

- **Concretização da Constituição da República** no que se refere aos direitos, liberdade e garantias dos cidadãos e sua ampla divulgação social e educativa.
- **Respeito pelos direitos da oposição** a nível político em geral e a nível parlamentar, nomeadamente quanto aos instrumentos da fiscalização da ação governativa, valorizando as comissões parlamentares de inquérito, o direito potestativo da minoria nas audições parlamentares e criando as condições através de revisão constitucional para que um grupo parlamentar possa ser constituído por um mínimo de três deputados, em vez de cinco como vigora atualmente.
- **Uma clara separação entre o Estado e o Partido e a despartidarização da Administração Pública**, através da focalização dos agentes do Estado no serviço público e de um amplo regime de incompatibilidades.

- **Administração Pública focalizada na prestação de serviço** de qualidade ao cidadão, às organizações e às empresas, orientada para servir, facilitar e regular a auto organização de indivíduos e grupos, em termos económicos e sociais para o desenvolvimento e prosperidade pessoal de todos os cabo-verdianos.
- **Burocracia altamente qualificada**, formada com base no mérito e capaz de tomar decisões de política pública de forma autónoma face à pressão de grupos de interesse e a processos de captura do poder.
- **Instituições públicas e administração pública dirigidas e chefiadas por pessoas com elevado sentido ético e de serviço público**, empreendedoras, tecnicamente bem preparadas nos domínios do conhecimento e da tecnologia.
- **Neutralidade e imparcialidade das instituições e da administração do Estado** face às preferências, simpatias ou militância política ou partidária dos cidadãos.
- **Autocontenção em situações de incompatibilidade:**
  - Não acumulação de cargo de administração, direção ou chefia na Administração pública ou de membro de conselho de administração de empresas de capitais públicos com o exercício de cargo de direção executiva no partido, a nível nacional e local.
  - Não acumulação de cargo de administração, direção ou chefia na Administração pública ou de membro de conselho de administração de empresas de capitais públicos com o de titular de cargo político.
  - Não cumulação de titular de cargo político ou de direção partidária em órgão executivo, com o cargo de direção em organizações da sociedade civil.

- Não colocação em listas para as eleições legislativas e autárquicas de candidatos que, à data da marcação das eleições, estejam a exercer cargos de administradores e diretores de empresas de capitais públicos, de diretores, presidentes de institutos e de fundos e serviços autónomos e de chefias de serviços desconcentrados.
- Impedimento de titular de cargo político com funções executivas de exercer, pelo período mínimo de um ano posterior à cessação das suas respetivas funções, altos cargos de nomeação nas Autoridades Administrativas Independentes ou nas empresas públicas por si tuteladas durante o mandato.
- Proibição do titular de cargo político com funções executivas de exercer, pelo período de um ano contado da data da cessação das respetivas funções, altos cargos em empresas privadas que prossigam atividades no setor por ele diretamente tutelado, desde que, no período do respetivo mandato, tenham sido objeto de operações de privatização ou tenham beneficiado de incentivos financeiros ou de sistemas de incentivos e benefícios fiscais de natureza contratual.
- Proibição ao titular de cargo político com funções executivas de nomear parentes para ocupar cargos enquadrados no pessoal do quadro especial, de administração, de direção ou chefia em serviços sob a sua direção, superintendência, orientação ou estabelecimento de relações.
- **Combate ao nepotismo na Administração Pública** através de uma lei a proibir a nomeação direta de parentes para ocupar cargos na Administração Pública.
- **Relações com as organizações da sociedade civil colocadas ao serviço das comunidades** e dos seus representados e não de interesses partidários.
- **Relações com os cidadãos feitas na base da responsabilidade**, do respeito pela liberdade individual, da igualdade de oportunidades e da equidade e justiça.

- **Governar com atitude de Estado parceiro**, valorizando a descentralização, a concertação social e o diálogo regular com os parceiros sociais e federando os diversos atores sociais, no estrito respeito pelas suas autonomias, para objetivos comuns do desenvolvimento.
- **Implementação de programas sociais que visam a autonomia e a autossuficiência das famílias** pelo trabalho, pela produção e pelo rendimento em vez do condicionamento face ao poder do Estado.
- **Mais descentralização e relações do Governo com as Câmaras Municipais feitas na base do respeito mútuo** e da cooperação estratégica para o desenvolvimento e não da competição permanente pelo voto;
- **Desgovernamentalização da comunicação social do Estado**, reforço da liberdade de expressão, da independência, da objetividade e do pluralismo e criação de condições para que os órgãos de comunicação social privados se possam afirmar cada vez mais.
- **Reforço da independência, isenção e imparcialidade da administração eleitoral.**
- **Transparência e governação aberta:**
  - Regras, sua publicitação e fiscalização no que se refere à disponibilização e acesso a recrutamentos na administração pública; no que se refere a prestações sociais, apoios, incentivos, benefícios e financiamentos a cidadãos, organizações da sociedade civil, empresas e municípios; e no que se refere a aquisições públicas de bens, serviços e empreitadas, garantindo imparcialidade, equidade e igualdade de oportunidades.
  - Publicação de contratos de aquisições públicas e de serviços de empreitadas no site oficial do governo.
  - Publicação anual de relatórios e contas de empresas públicas.



- Promoção da cidadania fiscal, como direito dos cidadãos a informações sobre o uso do dinheiro público através de sistemas de informação de acesso a execução das receitas e despesas do Estado.
- Gratuitidade aos cidadãos às publicações do Boletim Oficial através da internet como forma de democratizar o acesso às leis e aos atos administrativos do Governo.
- Tolerância zero à corrupção ativa ou passiva, tráfico de influência, peculato, concussão, participação ilícita em negócio ou defraudação de interesses patrimoniais públicos no exercício de cargos políticos e nos serviços da administração pública, seja de administração direta ou indireta, seja nas empresas de capitais públicos, seja nos municípios.
- Reforço do Tribunal de Contas para intervir direta e indiretamente, através de órgãos de fiscalização e de auditoria externa, em todas as instituições que auferem ou gerem recursos públicos.
- **Aumento da celeridade e da eficiência da administração da Justiça.**
- **Reforço e consolidação dos poderes das Autoridades Administrativas Independentes** (Agências de Regulação, BCV, INE).

## **Ética e responsabilidade na vida política e pública**

A crise política por que passam as sociedades contemporâneas sugere na nossa atividade política nacional, e de modo mais concreto na vida do nosso partido, algumas reflexões sobre o problema da ética na política.

Entendemos que nenhuma profissão é mais nobre do que a política, porque quem a exerce assume responsabilidades só compatíveis com grandes qualidades morais e de competência; porque o político, na sua capacidade de definir instituições e

tomar decisões estratégicas na vida das nações, seja na governação central, na governação municipal, no parlamento e nos partidos políticos, tem uma influência sobre a vida das pessoas maior do que a de qualquer outra profissão. Por isso, um código de conduta partidária e política assente em valores éticos e no princípio de serviço público no exercício do poder, é necessário. Com efeito, a atividade política só se justifica se o político tiver espírito republicano, ou seja, se suas ações, além de buscarem a conquista do poder, forem dirigidas para o bem público.

Convictos dos efeitos que o Estado, as instituições e a administração pública têm sobre a vida das pessoas, a vida das empresas e o futuro do país e de que um bom ou um mau desempenho dos serviços públicos afeta o ritmo do andamento da economia; no contexto de um mundo atual onde o populismo e o extremismo avançam, onde o debate político muitas vezes é estupidificado e onde os cidadãos perdem confiança nos políticos, é fundamental sermos prospetivos e pró-ativos na procura de soluções de ação política, partidária e governativa que reforcem a confiança dos cidadãos, os impliquem e os aproxime dos centros de decisão, reforcem a consciência e a responsabilidade cívica do cidadão perante si próprio e perante a comunidade.

# OS GRANDES DESÍGNIOS NACIONAIS

**A Economia Mundial Globalizada traz oportunidades únicas para Cabo Verde,** designadamente ao permitir ao país valorizar a sua localização geoeconómica; alcançar a dimensão mínima ótima para o desenvolvimento de atividades económicas e para o surgimento de empresas competitivas (o turismo está a criar mercado); aceder aos mercados globais de tecnologias e de capitais; integrar as diferentes redes regionais e locais, em particular nas áreas científica, tecnológica e de segurança; desenvolver uma verdadeira economia do conhecimento; partilhar infraestruturas de cobertura regional ou mundial, nomeadamente no setor das telecomunicações (serviço de cabo de fibra ótica submarino).

**Os desafios são grandes. Temos de preparar o país para a inserção na economia mundial globalizada,** para a relação com um mundo hoje cada vez mais complexo e para o aproveitamento de oportunidades.

Para tal, é preciso atuar a dois níveis: (1) **construção de vantagens competitivas** para nos afirmarmos como um país aberto ao mundo que se distingue pela qualidade da sua democracia e das suas instituições; pela excelência do seu capital humano; e pela confiança nas relações com os parceiros e com os investidores; (2) **valorização**

**dos recursos internos e ação sobre os fatores endógenos** para criarmos as condições para o aproveitamento ótimo das oportunidades.

**Existe procura externa por Cabo Verde e simpatia internacional.** Temos de potencializar ao máximo os nossos fatores distintivos para tornar as nossas ilhas em lugares atrativos e confiáveis para investir, para visitar e para viver.

**Temos a oportunidade para valorizar a localização geoestratégica do país** do ponto de vista económico e de segurança;

**Oportunidade para aumentar a valorização dos nossos fatores diferenciadores,** a nível da qualidade da democracia, da estabilidade política e social e da nossa extensa diáspora;

**Oportunidade para nos afirmarmos como uma economia de turismo e de prestação serviços internacionais** na área dos transportes, das tecnologias da informação e comunicação e das energias renováveis. Oportunidade para a penetração empresarial no mercado do continente africano.

**A política interna e externa do país deve ser direcionada para potencializar as especificidades do nosso país** e para se adaptar e se ajustar a uma economia mundial globalizada extremamente competitiva no campo do conhecimento e das tecnologias e onde a segurança global e cooperativa ganha particular relevo.

**Neste contexto, são desígnios nacionais:**

**1. Consolidar a democracia** – Cabo Verde tem um percurso de 25 anos enquanto Estado de Direito Democrático, cujo momento alto e estruturante foi a aprovação da Constituição de 1992 que rompeu com o regime de partido único vigente até 13 de Janeiro de 1991. O país tem sido considerado uma referência democrática em África. No entanto esta perceção não é estática e nem definitiva. Prova-o o recente estudo da Afrobarometro onde Cabo Verde aparece a regredir em indicadores relacionados com a qualidade do sistema e do processo eleitoral.

A qualidade da democracia e das instituições é um dos fatores intangíveis diferenciadores com que o país poderá construir as suas vantagens competitivas e é um fator determinante para um bom ambiente político e institucional que, por sua vez, é condição para um bom ambiente económico e social.

O estado atual da nossa democracia e o potencial da sua qualificação com efeitos muito positivos para o país, do ponto de vista interno e externo, colocam o desafio de tornar Cabo Verde uma democracia de referência mundial. É assim que o MpD ambiciona tornar Cabo Verde num país de democracia consolidada, moderna, profundamente respeitadora do pluralismo, da cidadania e promotora dos Direitos Humanos através de reformas políticas e reformas económicas que melhorem a qualificação das instituições públicas, aperfeiçoem o sistema eleitoral e político, reforcem a descentralização, promovam a cidadania, libertem as pessoas, dando-lhes dignidade e tornando-lhes menos vulneráveis face ao Estado pela via da autonomia e da autossuficiência.

**2. Promover a confiança** – Nas condições novas de funcionamento da Economia Mundial Globalizada, a confiança passou a ser um elemento determinante do sucesso dos países e das empresas. Mas, hoje e mais do que nunca, confiança significa estabilidade e previsibilidade. A confiança sobressai como valor e como elemento decisivo de competitividade externa das empresas, da economia e da credibilidade dos países.

**Cabo Verde é um pequeno país cujo maior ativo sobre o qual poderá construir vantagens competitivas, é a confiança.** Confiança impulsionada pela estabilidade política e social, pela segurança jurídica, pela estabilidade e previsibilidade monetária, orçamental e fiscal, por um bom sistema de regulação económica e financeira e por instituições fortes e credíveis. Reforçar os fatores geradores da confiança é o propósito maior que o MpD defende.

Temos uma opção clara por um modelo de crescimento económico assente no investimento privado externo e endógeno, o que exige antes de qualquer



outro fator, elevados níveis de confiança. Esta opção só pode ter sucesso com um Estado eficiente e parceiro, regulador da estabilidade macroeconómica e proactivo na melhoria das condições do ambiente de negócios em que as empresas operam.

Estabilidade e previsibilidade significam, também, o exercício a um grau muito elevado, permanente e perene da regulação das tensões sociais, e a consciência e o reconhecimento externo dessa regulação. A maior garantia (provavelmente, a única) que se pode prestar, neste domínio, é a assunção, na plenitude, dos valores republicanos e democráticos, designadamente dos princípios da liberdade, da justiça e da fraternidade. Mais uma vez, são os valores e os princípios que sustentam as opções e as diferenciam.

A estabilidade política é um fator determinante da confiança porque influencia os outros fatores, nomeadamente os de natureza social e económica. Neste particular, **o MpD tudo fará para que o ambiente político interno seja favorável e indutor de elevados níveis de confiança institucional, social e económico e tudo fará para que o ambiente político nacional seja também favorável à confiança dos investidores e dos parceiros internacionais.** Confiança alicerçada numa democracia consolidada, instituições fortes, primado da lei e segurança jurídica.

**3. Garantir a Segurança** - A segurança tornou-se num elemento crítico da sociedade cabo-verdiana.

**Cabo Verde enfrenta o grande desafio de oferecer aos seus residentes um padrão de segurança aceitável.** O turismo reforça o desafio de tornar Cabo Verde um país com bom nível de segurança. Cabo Verde, como país que olha para o turismo como o principal eixo da atividade económica, é confrontado com o desafio de ter que garantir aos seus visitantes todas as condições essenciais de segurança, desde o momento de acolhimento até ao da saída das suas fronteiras territoriais.

**Existem ameaças externas à segurança**, como as contra a soberania, o terrorismo e o crime organizado transnacional. Estes riscos exigem a participação ativa e convicta na gestão dos conflitos regionais e na luta contra a criminalidade transnacional; exigem, ainda, a identificação, a mobilização, a organização e a disponibilização de recursos com efetivo potencial dissuasor.

Nenhum país hoje no mundo faz face aos desafios da segurança sozinho e nenhum país está imune aos impactos globalizantes da insegurança.

**Cabo Verde deve desenvolver alianças para a segurança no quadro do aprofundamento da parceria estratégica com a União Europeia e da segurança cooperativa com os EUA.** A prioridade deve ir claramente para a securização das fronteiras aéreas, securização documental e securização do espaço marítimo. A regulação da segurança é um tema candente da atualidade e apela à cooperação ativa das nações. É neste sentido que Cabo Verde deve, através do Governo, afirmar uma posição forte que valorize a sua situação geoestratégica.

**A ordem pública é outro domínio crítico do sistema nacional de segurança.** Prioridade para a proteção da integridade física, moral e psíquica dos cidadãos, da propriedade e do património, e das empresas, deve ser prosseguida com determinação.

**4. Inserir ou integrar Cabo Verde em regiões económicas dinâmicas e na região da CEDEAO – A Parceria Estratégica com a União Europeia deve ser aprofundada** no sentido da livre circulação de cidadãos do espaço Schengen em Cabo Verde e do desenvolvimento progressivo da parceria para a mobilidade beneficiando os cidadãos cabo-verdianos associado à convergência técnica e normativa da securização documental e das fronteiras; no sentido da dupla circulação do escudo e do euro; e da aliança para a segurança cooperativa na região oeste africana e do Golfo da Guiné, constituindo Cabo Verde, pela sua localização e estabilidade política e social uma boa plataforma para a cooperação tripartida Europa – EUA – África.

Estas mesmas características colocam Cabo Verde como uma boa plataforma para a África em atividades de investigação e desenvolvimento, formação e prestação de serviços internacionais nos domínios da economia marítima, transportes aéreos (hub aéreo e comercial), das energias renováveis, das TIC's.

**A China desponta como um parceiro económico e empresarial privilegiado**, nomeadamente na nova dinâmica de atração de investimento externo e na viabilização da zona económica especial de economia marítima em S. Vicente.

**O país deverá desenvolver ainda uma estratégia de participação ativa no seio de organizações ou grupos com os quais comunga interesses similares**, nomeadamente, junto da AOSIS (Alliance of Small Island States), que congrega os interesses dos pequenos países insulares, da CEDEAO, para os interesses da região oeste-africana, da CPLP, organização com imenso potencial no que respeita aos interesses e à solidariedade entre a Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa.

**5.Fazer de CV uma economia do conhecimento, tecnológica e inovadora** - A construção de economias do conhecimento é o desafio central das nações.

**Fazer de Cabo Verde uma economia do conhecimento pressupõe alguns requisitos essenciais e determinantes:** a) educação massificada, flexível, de grau superior e de elevada qualidade; b) elite intelectual, cujas referências terão que ser, obrigatoriamente, as melhores elites do saber do Mundo; c) enquadramento e promoção conveniente da elite do saber; d) inserção adequada nas redes mundiais de desenvolvimento do conhecimento; e) tecido empresarial sólido, com sentido de missão e forte cultura de inovação; f) governança assente no conceito de nação global; g) Estado altamente sensível às oportunidades, atento às mudanças, parceiro e líder.

**Fazer a economia cabo-verdiana ser tecnológica e inovadora** sustenta-se numa relação sistémica, equilibrada e umbilical entre as empresas, o Estado e

os centros e redes de investigação e difusão do saber; numa elevada cultura de inovação; e na transversalidade sectorial da inovação.

**O MpD defende uma reforma profunda do sistema educativo** a nível curricular, dos métodos de ensino e de competências dos professores para num horizonte de médio e longo prazo, 5 a 10 anos, Cabo Verde passar a ter um perfil de jovens cosmopolitas, com fortes competências em línguas, ciências, tecnologias e valores humanísticos, inseridos numa sociedade de aprendizagem e numa economia do conhecimento.

**Uma elite estudiosa, com curiosidade e empenho intelectual e universidades e think tanks com agendas de investigação**, é fundamental para a implementação de uma economia do conhecimento. Neste sentido, o MpD refuta qualquer abordagem ideológica que tende a tratar a sociedade como um fenómeno de massas homogéneas sem ter em conta a diversidade dos segmentos da sua constituição.

**Devemos aproveitar melhor as elites cabo-verdianas da Diáspora** pela sua alta qualificação profissional nas diversas áreas. Muitos vivem em países desenvolvidos e estão integrados em ambientes, sistemas e organizações competitivos, inovadores, científicos, de investigação, de alta gestão.

Dada a pequenez da sua economia, Cabo Verde está praticamente impedido de penetrar nos mercados massificados. Porém, reúne boas condições de penetração em mercados diferenciados, desde que aposte na inovação, defina a qualidade como a sua marca e adote uma consistente estratégia de promoção externa dos seus produtos.

**Para além do turismo e dos setores alavancados por ele, o país deve posicionar-se de forma competitiva na prestação de serviços especializados e na exportação de bens**, nomeadamente nas pescas, na reparação naval, na formação técnica e profissional, nas TIC's e offshore outsourcing, nas energias renováveis, no hub aéreo, através de uma forte aposta na qualificação dos



recursos humanos, na tecnologia e na inovação. A construção de fatores de competitividade não será na base do custo da mão-de-obra indiferenciada, mas na base de competências promovidas pelo sistema educativo e de formação, pela tecnologia, inovação e eficiência de gestão.

## **6. Desenvolver o turismo sustentável e com efeitos alavanca sobre a economia nacional**

– Turismo sustentável num bom equilíbrio, em cada ilha, entre o ambiente, o investimento e o social. Turismo com efeitos de alavancagem sobre os outros sectores da economia, que potencialize mercado para os produtos nacionais agroalimentares, da pesca, de entretenimento, lazer e das indústrias criativas. Turismo diversificado em termos de produtos e em termos de destinos aproveitando as condições das ilhas para o turismo de natureza, ecológico, desportivo, de saúde, de negócios e de eventos, para além do turismo de sol e praia. Turismo que concilia o crescimento do fluxo com o desenvolvimento local e regional.

## **7. Melhorar o ambiente de negócios**

– Melhorar o ambiente de negócios no sentido de tornar Cabo Verde um destino de investimentos que se distingue pela segurança jurídica e pela estabilidade e previsibilidade económica, fiscal e financeira; que se distingue por serviços públicos eficientes e de excelência, com uma burocracia amiga do investimento e do empreendedorismo.

**Conscientes dos efeitos do contexto externo difícil e desafiante, o MpD entende que as perspetivas do desenvolvimento do país dependem muito da nossa capacidade de fazer face com sucesso aos constrangimentos derivados de fatores internos**, como a qualidade da administração pública e da burocracia; a segurança jurídica nas relações sociais e económicas; o nível da fiscalidade; os mecanismos e instrumentos de financiamento da economia; sistemas de transportes para a unificação do mercado nacional e ligação eficiente com o mundo; eficiência e racionalidade energética; qualificação



dos recursos humanos para melhorar a empregabilidade e a produtividade; e mercado de trabalho flexível. Todas estas áreas exigem reformas, ao mesmo que apelam a uma atitude na governação e na administração com capacidade e agilidade suficientes para resolver problemas.

**A consolidação orçamental para a redução sustentada do défice e da dívida pública vai exigir que a administração do Estado seja altamente eficiente** no consumo racional e com prioridades de recursos, como uma administração que seja assertiva na imprescindível contribuição para a melhoria substancial do ambiente de negócios.

**8. Minimizar a vulnerabilidade aos choques externos** - A criação de condições para minimizar a vulnerabilidade de Cabo Verde aos choques externos é uma prioridade, uma verdadeira emergência.

**Como um pequeno país arquipélago, as vulnerabilidades são muitas** e vão desde a nossa localização saheliana, até ao facto de sermos, como muitos outros, um país “tomador de crises”, ou seja, não influenciámos as crises ambientais, económicas, financeiras e de segurança mundiais, mas somos fortemente influenciadas e condicionadas por elas.

**A sustentabilidade quer do ponto de vista ambiental, quer económico, é um desafio permanente** que exige um forte compromisso de políticas públicas para harmonizar o crescimento económico, a inclusão social e a qualidade ambiental numa perspetiva de longo prazo. Exige um forte sentido ético de responsabilidade para com as gerações atuais e vindouras.

Os pequenos estados insulares, particularmente os da África, Caribe e Pacífico, são tomadores de crises ambientais pelos efeitos que sofrem das alterações climáticas que os países industrializados provocam, com impactos sobre a vida marinha e a vida terrestre, o que exige uma abordagem solidária mundial para com a exposição a catástrofes naturais a que estão expostos.

**Atuar de forma eficaz sobre os fatores endógenos para reduzir as vulnerabilidades do país face a choques externos é necessário.** Esses choques são de natureza económica e financeira (cambial, energético, segurança alimentar) e ambiental e sanitária (calamidades pluviométricas, erupção vulcânica, pandemias). Nesse sentido, o Fundo de Estabilização Económica (a que se acrescenta, Ambiental) deve ser capitalizado.

**Mas serão necessários recursos externos para, na linha das orientações da COP21, dotar o país de capacidade de adaptação e resiliência** às alterações climáticas. Para além disso, Cabo Verde deverá ter um papel ativo ao nível dos Pequenos Estados Insulares para a defesa convicta e consistente de um forte compromisso mundial para com a problemática da vulnerabilidade dos pequenos estados insulares.

**Alianças estratégicas deverão ser desenvolvidas para, em situações de emergência, o país poder acionar mecanismos rápidos de financiamento e de proteção civil,** de acordo com o grau de gravidade das ocorrências pluviométricas (chuvas torrenciais ou secas impactantes), vulcânicas (erupções, sismos) ou sanitárias (pandemias como dengue, zika, paludismo).

**9. Promover o desenvolvimento local e regional** - O desenvolvimento de Cabo Verde passa pelo desenvolvimento das suas ilhas. Todas elas têm recursos e potencial social, económico e cultural.

**O MpD defende que acima de tudo, é preciso criar um bom ambiente político e institucional favorável à concretização dos princípios constitucionais da complementaridade e da subsidiariedade dos poderes central e local** e que passa por:

- Respeitar o poder local e a autonomia do poder local.
- Respeitar os princípios da igualdade, da imparcialidade, da justiça e da transparência no que se refere às relações institucionais, financeiras e fiscais com os municípios.

- Uniformizar critérios e regras a obedecer por todos os ministérios nas relações de parceria e de financiamento com os municípios e introduzir transparência nessas relações.
- Introduzir uma nova atitude no funcionamento dos serviços desconcentrados do Estado e das representações das empresas públicas nas diversas ilhas e concelhos. Atitude de colaboração e cooperação com todos os presidentes de câmaras municipais e total imparcialidade nas relações com as câmaras municipais, com as organizações da sociedade civil, com as empresas e com os cidadãos.
- Privilegiar parcerias com os municípios sempre que, através de recursos internos ou da cooperação internacional, as intervenções estejam no âmbito das competências dos Municípios ou da complementaridade e subsidiariedade entre o Governo e os Municípios.

**O MpD defende que a ilha enquanto território precisa de ser planeado e ordenado do ponto de vista económico, ambiental e infraestrutural de acordo com as suas especificidades, numa abordagem integrada mais global do que o nível municipal.** Para tal, defende um modelo de regionalização que aborda a ilha em todas as suas dimensões política, administrativa, económica, social e ambiental e dota-a de competências de governação que se situam entre as do Governo Central e do Governo Municipal.

**O MpD defende que a ilha deve ter foco,** ou seja, a identificação da atividade económica com potencial de promover o crescimento económico, exportações, emprego e efeito de arrastamento sobre outras atividades. As diversas políticas públicas governamentais, regionais e municipais deverão ser orientadas para o foco e convergir para o foco, assim como as prioridades dos investimentos públicos.

**O MpD defende que a estratégia de desenvolvimento regional deve ser orientada para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável,** assentes num bom equilíbrio entre o crescimento económico, o progresso social

e o meio ambiente. Os municípios serão diretamente envolvidos na definição e execução dos objetivos da redução da pobreza, do acesso à saúde e à educação de qualidade, do acesso à água, ao saneamento e à energia, do crescimento económico e da redução das desigualdades.

**O MpD atribui importância estratégica à qualificação das cidades como impulsionadoras do desenvolvimento local e regional.** Cidades organizadas, planeadas urbanisticamente, seguras, com bom nível de saneamento, educativas a nível cívico e ambiental, são centros vitais de dinamização da economia local.

**O MpD considera ser de extrema importância que os municípios se engajem fortemente com as dimensões da governação relacionadas com as posturas municipais,** com a autoridade municipal, com a sustentabilidade ambiental, com a organização da ocupação dos espaços e das vias públicos, com as regras urbanísticas, com a proteção e a promoção do património histórico e cultural, ganham particular relevo nas prioridades da governação municipal. Assim como com as dimensões relacionadas com a cidadania visando tornar os municípios em espaços de participação e de aproveitamento de energias e iniciativas inovadoras, criativas e empreendedoras dos cidadãos; espaços onde os cidadãos se sintam representados, sintam autoestima e pertença comunitária; se sintam responsáveis, com direitos e obrigações junto das instituições e na vida em sociedade.

# CONSENSUALIZAR O MODELO DE DESENVOLVIMENTO

**A nível mundial, hoje está em causa a vitalidade das democracias e a sua capacidade de fazer face ao populismo e a extremismos**, com desígnios de poder e não meramente oposicionistas ou contestatários.

**Está em causa a capacidade de fazer face e dar respostas ao fenómeno das migrações** e ao recrudescer de refugiados que interpela o mundo sobre o real conceito de dignidade da pessoa humana.

**Está em causa a capacidade de regulação económica, financeira, ambiental e securitária** a nível regional, supranacional e global para fazer face a crises contagiantes e globalizantes.

**Está em causa o crescimento económico e a sua conexão com o emprego, a coesão social e as desigualdades sociais**, num contexto em que as economias desenvolvidas conhecem períodos prolongados de baixo crescimento.

É neste mundo complexo, imprevisível, de mudanças rápidas e impactantes a nível global que estamos inseridos. A nível político, é neste mundo que o partido, MpD, se insere.



**A visão progressista exige como suporte um partido progressista para um Cabo Verde do futuro.** Este é o momento para enriquecermos o Partido com liderança e direção servidoras adequadas à visão reformista duma sociedade cabo-verdiana em transição para a modernização. Releua-se de superior importância pela preservação do rico passado, pela renovação dos ideais do presente repousado no motor da natural emergência de novas gerações de quadros e dirigentes, bem como pelo apego aos diversos significados de um outro futuro de vitórias e conquistas.

**Esta Convenção representa este momento.** Pela composição dos delegados com a mais forte participação de mulheres e de jovens de sempre. Mas mais do que isso, pelos valores partilhados de um partido de cidadãos livres comungados pela mesma vontade de servir a comunidade e a nação cabo-verdiana através da ação política guiados por valores republicanos, democráticos e humanistas e pela mesma visão otimista e confiante no progresso de Cabo Verde nos caminhos do século XXI para chegarmos a uma sociedade produtora de mais riqueza e felicidade, sempre guiada pela ética, pela moralidade, pela segurança e pelo patriotismo. Isto exige uma forte convicção nos princípios e valores, acreditar no futuro do país com atitude ambiciosa e perseverante, não ficar capturado pelos problemas do quotidiano que podem deprimir a nossa energia reformista. Exige a convicção de que terminou um ciclo em 2016 e que vem aí o período seguinte, assente na necessidade de uma nova política em Cabo Verde capaz duma positiva mobilização dos cidadãos para as mais diversas causas que se nos esperam, nas próximas décadas.

**Enquanto líderes e dirigentes do sistema MpD, temos responsabilidades nesse sentido e isso não se consegue fazendo sempre as mesmas coisas, pelas mesmas pessoas e com os mesmos métodos.** As mudanças e os saltos no desenvolvimento não vão ser feitos nem impulsionados pelas máquinas ou pelas infraestruturas, mas sim pela nossa capacidade de liderança política e pela capacidade de conceber e implementar reformas que criem um ambiente político, institucional, económico e social para que as mulheres e os homens desta terra possam libertar a sua energia

criadora, a sua capacidade de inovação, a sua capacidade de aprender, de trabalhar, de cooperar e de confiar, de se auto-organizar e de se responsabilizar.

Por outro lado, temos de reconhecer que há muito que em Cabo Verde se deveria estar a fomentar uma atitude intelectual aberta, abrangente e integradora das perspetivas diversificadas de todas as contribuições quer teóricas e conceptuais, quer das ações e experiências vividas e praticadas, no sentido de preparar os cabo-verdianos para as tarefas e funções estratégicas do futuro.

Longe disso, não tem havido debate ideológico aberto, não se tem discutido, a fundo, as mudanças e as tendências inerentes às realidades incontornáveis de um mundo em processo globalizante. Longe têm ficado as discussões sobre as interdependências que deveriam ser permanentes e crescentes num contexto social tão pequeno como Cabo Verde, tanto pela complexidade evolutiva do ambiente relacional, como pela mudança sistémica, transformacional e acelerada por que passam a sociedade, o Estado e os processos democráticos no mundo de hoje.

Nesse sentido, Cabo Verde precisa de uma elite livre do Estado. A política partidária e muito menos a governativa, não pode ficar circunscrita ou apenas influenciada pelos ambientes e debates partidários ou parlamentares.

Também não é suficiente a imprescindível atividade dos parceiros sociais e das organizações da sociedade civil. É preciso uma elite com capacidade de fazer leituras da vida política, económica e social do país e do mundo, de influenciar decisões e de fornecer à sociedade várias perspetivas que não sejam apenas as oficiais. A sociedade precisa de pluralismo, não só o resultante da competição política partidária, mas o resultante de visões das elites do país e de entidades independentes que se dedicam ao estudo, à pesquisa e à investigação.

**O MpD vai dar a sua contribuição para que o país possa dispor de um modelo de desenvolvimento estável e consensualizado com todos**, sem exceção, como um imperativo ético que vincule num compromisso público, todas as gerações para Cabo Verde fortalecer, modernizar e crescer pelo alinhamento articulado e duradouro de

opções e políticas com visão de longo prazo e com enfoque na dignidade da Pessoa Humana, na Família, no tributo do Estado Garante e Regulador, no Fim Económico e na Felicidade Humana, na Sociedade Participativa, na Democracia avançada e na Nação Global e Cosmopolita.

**O MpD deve promover um coerente alinhamento integrador de fundamentos ideológicos de renovação (e não revisão), de formulação da Estratégia Política Geral para o longo prazo do país,** do programa político de suporte à estratégia de governação em curso resultante das eleições de 20 de Março, assim como de animação da mobilização da sociedade cabo-verdiana diante da nossa nova forma de encarar e fazer política em Cabo Verde.

**Será necessário fazer vibrar e mobilizar o interior do partido com um consistente pacote de novas ideias, para depois se vazar para a sociedade.** Temos de ser capazes, nesta altura, de fazer os cabo-verdianos sonhar e acreditar num novo modelo de desenvolvimento focado na projeção dum pequeno Estado Afro-atlântico qualificado e focalizado no longo prazo, num contexto de tempos de múltiplas emergências e incertezas.

# OS DESAFIOS DO MpD ENQUANTO ORGANIZAÇÃO

**Mantêm-se atuais e pertinentes os desafios expressos na Moção de Estratégia da X CN.** Acrescente-se o fato de ser o MpD hoje, o partido que suporta o Governo e a grande maioria das câmaras municipais. Assim, o MpD deverá:

- **Adaptar e reforçar a organização, bem como sua intervenção política, enquanto partido aberto e democrático, ao serviço do país e da sociedade.** O lema *Nha Partido é Cabo Verde é para valer e para ser transformado em atitude e cultura política.* Isto pressupõe reforço da democracia interna, da representatividade, da proximidade face ao eleitor e ao cidadão; reforço do respeito pelo pluralismo, pela liberdade e pela imparcialidade da administração do Estado.
- **Adotar e praticar uma atitude prospetiva da realidade económica, política e social do país face ao mundo,** única abordagem útil exigida a um país atento e sintonizado, que se quer inserir de forma efetiva na economia globalizada.
- **Saber lidar com a complexidade do mundo atual para se posicionar face às ameaças e aproveitar as oportunidades** e dotar-se de capacidade prospetiva e adaptativa para estar em sintonia com as exigências dos desafios mundiais e do país e ser o suporte político da construção de respostas e soluções.

- **Ter, sem equívocos, posição sobre as grandes questões e desafios mundiais e nacionais**, oferecendo previsibilidade, coerência e consistência.
- **Liderar as novas ideias inspiradoras e construtoras de um novo futuro**, através da promoção de debates no parlamento, nos diversos segmentos da sociedade, nas estruturas do partido e na comunicação social.
- **Dar respostas à crise de representatividade e evitar a entropia**, a cristalização e autossuficiência do aparelho partidário.
- **Conjugar a competição com a cooperação política.**
- **Incentivar a transformação na sociedade** para dar resposta à necessidade crescente de reforço e aperfeiçoamento da cidadania.
- **Adaptar o partido, alterando profundamente o seu modo de relacionamento com o Estado, com a sociedade, com as empresas, com o indivíduo e com os demais partidos políticos.**

Os partidos políticos desempenham um papel de destaque, pois são eles que governam e fazem a oposição, fazem e aprovam leis, fazem e influenciam a afetação e a gestão dos recursos através dos orçamentos do Estado, em suma, desempenham um papel importante na vida das pessoas e das empresas, com implicações geracionais. São, por definição, os mediadores entre o Estado e a Sociedade.

Os partidos precisam de melhor sintonia com a sociedade, de mais democracia e de mais transparência no seu funcionamento.

Num pequeno Estado onde se vive de forma apaixonada a política partidária e onde o Estado predomina em matéria de prestações sociais, o passo mais decisivo para a criação de um ambiente sustentado por valores éticos, deve ser dado, precisamente, pelos políticos e pelos partidos, ao nível da conceção do poder e do papel do Estado nas relações institucionais, sociais e económicas com os cidadãos.



**O MpD propõe-se, como um partido reformista que é, adotar um conjunto de medidas estatutárias e programáticas para se consolidar enquanto partido de valores, da meritocracia e de igualdade de oportunidades para todos.**

**Com as retumbantes vitórias eleitorais, pode existir a tendência para a entropia, para a cristalização e autossuficiência do aparelho partidário, ou seja, para o partido fechar-se sobre si próprio.** Esta tendência deve ser combatida através da afirmação permanente da missão do partido. Mais uma vez se reafirma que não é o MpD que está em causa, mas o país e as oportunidades que podemos ou não estar em condições de aproveitar.

Qualquer tentação de entropia e de desvirtuamento dos princípios, valores e ética republicana por que se deve reger o Partido na sua relação com a sociedade e no exercício do poder, tem um grande potencial de atingir negativamente a confiança dos cidadãos no partido e de manchar negativamente o maior ativo que Cabo Verde pode evidenciar no concerto das nações: ir muito para além da boa referência internacional atual, para se afirmar como um país com democracia avançada, consolidada e confiável quando comparada com qualquer outra democracia do mundo.

**O MpD existe como partido para servir o País.** O partido existe como um espaço de partilha de valores e de ideais, um instrumento para a concretização da visão que temos para Cabo Verde, através do acesso ao poder.

O partido não existe para criar e distribuir cargos no Estado ou para beneficiar e favorecer materialmente militantes ou simpatizantes ou prejudicar, condicionar ou punir aqueles que pertencem a outros partidos ou professam simpatias diferentes. O MpD defende a tolerância e respeita a liberdade dos outros, a liberdade em ser diferente. Como partido da liberdade, esta deve ser a atitude e a prática consequentes. Os ganhos para os militantes e simpatizantes pela sua adesão e suporte ao partido, serão os ganhos de todos: um país competitivo, com coesão

social, que cria oportunidades para todos, que gera emprego e disponibiliza educação, saúde e condições para a ascensão social dos mais pobres.

Em conclusão,

Esta linha de Moção Estratégica de Orientação Política Geral que o MpD apresenta à animação dirigente e validação dos militantes em ambiente de Convenção, tem uma legitimidade de abordagem tipológica que certa Ciência Política e de Políticas de Desenvolvimento reconhecem como de choque e rutura, cujas inclinações críticas e sensibilidades saudavelmente diferentes integram um esforço cerebral e responsável de encontrar e estabelecer uma Nova Jornada de Desenvolvimento de Cabo Verde, em ciclos estáveis de governação do Estado, da Sociedade e da Democracia – independentemente da ordem dos fenómenos imprevisíveis.

Para que Cabo Verde possa aproximar-se duma avaliação mais realista, este é o momento de virar a página, a começar pelos desafios da libertação de ideias e de compromissos para melhor servir a Nação, honrando os seus valores. A coragem de assumir uma visão de interesses nacionais inovadores é um ato de cultura de rigor, também de responsabilidade em encontrar novas soluções para novos problemas e contextos.

É para isso que o Movimento para a Democracia lança os desafios de fazer a política com valores da diferença, da qualidade e da credibilidade. Este deve ser o património contributivo de todos, a partir daqui.

Por isso, vale a pena desencadear o arranque dum novo ciclo político nesta XI Convenção.

